

Município do Cadaval

Câmara Municipal

Quadriénio de 2017 / 2021

Ata n.º 14/2019

Reunião Ordinária Pública

do dia 02 de julho de 2019

realizada no

Auditório do Edifício dos Paços de Concelho do Cadaval

Início da Reunião 9,30 horas

Presentes à Reunião:

Presidente: *José Bernardo Nunes (PPD/PSD)*

Vereadores: *Maria de Fátima Gomes de Aguiar Moreira da Paz (PPD/PSD)*

Rogério Paulo Lima Ferreira (PPD/PSD)

David Alexandre Alves Vieira dos Santos (PS)

Abel Carlos de Oliveira Guilherme (PPD/PSD)

António Avelino Ansiães Rodrigues (PS)

Délia Fernanda Nunes Fialho (PPD/PSD)



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 14

MANDATO 2017/2021

Fls.

✓
2

Ata da reunião ordinária de 02 de julho de 2019

AUSÊNCIA INFERIOR A TRINTA DIAS

Foram presentes as seguintes comunicações:

1. Comunicação do Vereador, Eng. **Ricardo Alexandre da Silva Pinteus**, cujo teor seguidamente se transcreve:

“Assunto: Ausência inferior a 30 dias

Para efeitos do disposto no art.º 78.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, informo V. Exa. que não poderei participar na reunião de Câmara, a realizar no próximo dia 02 de julho de 2019, pelo motivo de me encontrar de férias, pelo que solicito a minha substituição.

Com os melhores cumprimentos...”

Considerando o teor do documento supratranscrito, foi, nos termos do disposto no n.º 1, do art.º 79º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, convocado o Senhor **Rogério Paulo Lima Ferreira**, 6º candidato, da lista para a Câmara Municipal do Cadaval, apresentada pelo PSD – Partido Social Democrata, aquando da realização, em 01 de outubro de 2017, da Eleição dos Órgãos das Autarquias Locais.

2. Comunicação do Vereador, Dr. **Dinis Acácio Nobre Duarte**, cujo teor seguidamente se transcreve:

“Assunto: Ausência inferior a 30 dias

Para efeitos do disposto no art.º 78.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, informo V. Exa. que não poderei participar na reunião de Câmara, a realizar no próximo dia 02 de julho de 2019, pelo motivo de me encontrar de férias, pelo que solicito a minha substituição.

Com os melhores cumprimentos...”

Considerando o teor do documento supratranscrito, foi, nos termos do disposto no n.º 1, do art.º 79º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, convocado o Senhor **Abel Carlos de**



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 14

MANDATO 2017/2021

Fls.

2

[Handwritten signature]

Ata da reunião ordinária de 02 de julho de 2019

Oliveira Guilherme 7º candidato, da lista para a Câmara Municipal do Cadaval, apresentada pelo PSD – Partido Social Democrata, aquando da realização, em 01 de outubro de 2017, da Eleição dos Órgãos das Autarquias Locais.

No dia 02 de julho de 2019 pelas 09 horas e 30 minutos, no auditório do edifício dos Paços de Concelho na vila do Cadaval, reuniu a Câmara Municipal com a presença dos seguintes membros:

Presidente da Câmara, Dr. **José Bernardo Nunes** - (PPD/PSD); Vice-Presidente e Vereadora a Tempo Inteiro, Dra. **Maria de Fátima Gomes Aguiar Moreira da Paz** - (PPD/PSD); Vereador, Dr. **David Alexandre Alves Vieira dos Santos** - (PS); Vereador, **Rogério Paulo Lima Ferreira** - (PPD/PSD); Vereador, Sr. **Abel Carlos de Oliveira Guilherme** - (PPD/PSD); Vereador, Sr. **António Avelino Anciães Rodrigues** - (PS) e Vereadora, Eng.ª **Délia Fernanda Nunes Fialho** – (PPD/PSD).

Estiveram presentes para prestar apoio técnico a Chefe da Divisão de Desenvolvimento Estratégico, Dra. Paula Sofia Matias Franco, o Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, Eng.º João Francisco Lopes da Silva Teixeira Alves e o Técnico Superior Jurista, Dr. Diogo Miguel Carvalho Gaspar de Almeida.

Secretariou a reunião a Assistente Técnica, Ana Teresa Carriche Rodrigues Duarte.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Pelas 09 horas e 30 minutos, o Presidente da Câmara, **José Bernardo Nunes**, declarou aberta a reunião do Órgão Executivo e não se encontrando público presente declarou encerrado este período de intervenção.



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 14

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária de 02 de julho de 2019

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções efetuadas sobre diversos assuntos

- O Vereador **David Santos**, solicitou que lhe fosse enviado um cronograma relativamente às obras da Escola Básica e Secundária do Cadaval.
- O Presidente da Câmara, **José Bernardo Nunes**, deu instruções para que o envio do documento fosse feito durante aquele dia.

ORDEM DO DIA

ATA

**Aprovação da ata da reunião ordinária, realizada em 18 de junho de 2019,
da Câmara Municipal de Cadaval**

Presente a ata da reunião identificada em epígrafe, de harmonia com os n.ºs 1 e 2, do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo o executivo camarário, após a sua leitura, deliberado, por **unanimidade**, dos membros presentes na mesma, proceder à sua aprovação, e mais tendo deliberado dar-lhe a devida publicidade.

DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Toponímia – Proposta n.º 179/2019

Presente a proposta n.º 179/2019, datada de 19 de junho, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental com o mesmo número e na mesma data, cujo teor se transcreve:



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 14

MANDATO 2017/2021

Fls.

4

Ata da reunião ordinária de 02 de julho de 2019

“ PROPOSTA N.º 179/2019

Considerando a necessidade de se atribuir topónimo à travessa que se inicia ao Km 23,450 da EN 115, rua do Alto do Bacalhau, do lado poente, e tendo em conta que ouvida a União das Freguesias de Cadaval e Pêro Moniz, esta propôs que se escolhesse entre os topónimos de Travessa do Vale Pisco ou Travessa Fazendas de Peniche, por o citado arruamento se situar entre duas ruas com os topónimos de rua do Vale Pisco e rua Fazendas de Peniche, e tendo em conta que os serviços da DOT, no cumprimento do disposto na alínea p) do artigo 7º da Estrutura Orgânica Flexível dos serviços municipais, em que está cometido àquela divisão: “Propor a atribuição de topónimos, nos termos do regulamento municipal”, informou que qualquer dos topónimos cumpre o disposto nos artigos 6º e 7º daquele regulamento municipal de toponímia, e tendo em conta que o local onde se situa o arruamento está registado na Conservatória Predial como Sítio do Vale Pisco,

Proponho:

Que a Câmara delibere atribuir o seguinte topónimo: “Travessa do Sítio do Vale Pisco” à travessa já mencionada acima...”

A Câmara, deliberou por **unanimidade**, atribuir o topónimo “Travessa do Sítio do Vale Pisco”, à travessa que se inicia ao Km 23,450 da EN 115, rua do Alto do Bacalhau, do lado poente, de acordo com a proposta n.º 179/2019.

Pedido de parecer solicitado pelo ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. – para rearborização com eucalipto-comum – Proposta n.º 185/2019

Presente a proposta n.º 185/2019, datada de 26 de junho, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental com o mesmo número e na mesma data, cujo teor se transcreve:

“ PROPOSTA N.º 185/2019

Considerando que é da competência da Câmara Municipal, nos termos das disposições conjugadas do Artigo 32º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, e, do nº1, do Artigo 9º, do Decreto-Lei nº 96/2013, de



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 14

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária de 02 de julho de 2019

19 de Julho, emitir parecer no âmbito dos procedimentos de autorização de arborização e rearborização da competência do ICNF, e tendo em conta o parecer da técnica,

Proponho:

Que a Câmara Municipal informe que não há impedimento, ao pedido de (re)arborização com Eucalipto-comum, mencionado na informação com o número 1608/2019, da requerente, no que diz respeito ao PDM e ao PMDFCI, da exclusiva atribuição e competência da Câmara...”

A Câmara, deliberou por **maioria**, com cinco (5) votos a favor e duas (2) abstenções, dos Vereadores do Partido Socialista, de acordo com a proposta n.º 185/2019, informar que não há impedimento, ao pedido de (re)arborização com Eucalipto-comum, mencionado na informação com o número 1608/2019, da requerente, no que diz respeito ao PDM e ao PMDFCI, da sua exclusiva atribuição e competência.

- O Vereador, **David Santos**, disse que se tinham absterido em virtude do Plano Municipal da Floresta Contra Incêndios, não se encontrar alterado e aprovado.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

Recrutamento de trabalhador necessário à ocupação de 1 (um) posto de trabalho, não ocupado no Mapa de Pessoal de 2019, na carreira e categoria de Assistente Operacional, para a constituição de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, para exercer funções na Divisão de Serviços Urbanos, na área de atividade Rede Viária e Edifícios Municipais (Pedreiro)

– Recurso à Reserva de Recrutamento Interna - Proposta n.º 178/2019

Presente a proposta n.º 178/2019, datada de 19 de junho, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental com o mesmo número e na mesma data, cujo teor se transcreve:

“ PROPOSTA N.º 178/2019



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 14

MANDATO 2017/2021

Fls.

6

[Handwritten signature]

Ata da reunião ordinária de 02 de julho de 2019

Assunto: Recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de 1 (um) posto de trabalho, não ocupado no Mapa de Pessoal de 2019, na carreira e categoria de Assistente Operacional, para a constituição de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, para exercer funções na Divisão de Serviços Urbanos, na área de atividade Rede Viária e Edifícios Municipais (Pedreiro) – Recurso à Reserva de Recrutamento Interna

Considerando o teor da informação da Chefe de Divisão de Desenvolvimento Estratégico, referente recrutamento de trabalhador necessário à ocupação de um posto de trabalho, desocupado no Mapa de Pessoal de 2019, na carreira e categoria de Assistente Operacional, para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para exercer na Divisão de Serviços Urbanos, na área de atividade Rede Viária e Edifícios Municipais (Pedreiro), que integra a presente proposta de deliberação.

Considerando todo o exposto e a fundamentação apresentada para efeitos de recrutamento, nos termos dos artigos 4º e 9º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro, na sua redação atual, que procedeu à adaptação à Administração Autárquica do disposto na Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (diploma revogado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho), e das demais disposições legais aplicáveis em matéria de recrutamento.

Proponho à Câmara Municipal que delibere:

Aprovar o recurso à reserva para recrutamento de 1 (um) trabalhador para ocupação de postos de trabalho não ocupado no Mapa de Pessoal de 2019, na carreira e categoria de assistente operacional, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para satisfazer necessidades regulares e permanentes do serviço e exercer na Divisão de Serviços Urbanos, na área de atividade Rede Viária e Edifícios Municipais (Pedreiro), conforme consta da lista de ordenação final dos candidatos aprovados, homologada em 28 de junho de 2018, resultante de procedimento concursal comum publicado na 2ª série do Diário da República nº 191 de 3 de outubro, aviso nº 11758/2017..."

A Câmara, deliberou por **unanimidade**, de acordo com a proposta n.º 178/2019, aprovar o recurso à reserva para recrutamento de 1 (um) trabalhador para ocupação de postos de trabalho não ocupado no Mapa de Pessoal de 2019, na carreira e categoria de assistente operacional, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para satisfazer necessidades regulares e permanentes do serviço e exercer



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 14

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária de 02 de julho de 2019

Fls.

7

na Divisão de Serviços Urbanos, na área de atividade Rede Viária e Edifícios Municipais (Pedreiro), conforme consta da lista de ordenação final dos candidatos aprovados, homologada em 28 de junho de 2018, resultante de procedimento concursal comum publicado na 2ª série do Diário da República nº 191 de 3 de outubro, aviso nº 11758/2017.

Recrutamento de trabalhador necessário à ocupação de 1 (um) posto de trabalho, previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal de 2019, na carreira e categoria de Assistente Operacional, para a constituição de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, para exercer funções na Divisão de Administração Geral, Expediente Geral e Arquivo (Higienização e limpeza de Edifícios Municipais) – Recurso à Reserva de Recrutamento Interna - Proposta n.º 186/2019

Presente a proposta n.º 186/2019, datada de 27 de junho, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental com o mesmo número e na mesma data, cujo teor se transcreve:

“ PROPOSTA N.º 186/2019

Assunto: Recrutamento de trabalhador necessário à ocupação de 1 (um) posto de trabalho, previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal de 2019, na carreira e categoria de Assistente Operacional, para a constituição de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, para exercer funções na Divisão de Administração Geral, Expediente Geral e Arquivo (higienização e Limpeza de Edifícios Municipais) – Recurso à Reserva de Recrutamento Interna

Considerando a informação nº 4860 de 13 de junho de 2019, da Chefe de Divisão de Administração Geral da necessidade de recrutamento de trabalhador na categoria de assistente operacional e funções de higienização e Limpeza de Edifícios Municipais.

Considerando o teor da informação nº 5013 de 19 de junho de 2019, da Chefe de Divisão de Desenvolvimento Estratégico, referente recrutamento de trabalhador necessário à ocupação de posto de trabalho, previsto no Mapa de Pessoal de 2019, na carreira e categoria de Assistente Operacional,



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 14

MANDATO 2017/2021

Fls.

8

[Handwritten signature]

Ata da reunião ordinária de 02 de julho de 2019

para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para exercer funções na Divisão de Administração Geral, na área de Expediente Geral e Arquivo (higienização e Limpeza de Edifícios Municipais), que integra a presente proposta de deliberação.

Considerando todo o exposto e a fundamentação apresentada para efeitos de recrutamento, nos termos dos artigos 4º e 9º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro, na sua redação atual, que procedeu à adaptação à Administração Autárquica do disposto na Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (diploma revogado pela Lei nº 35/2014, de 20 de Junho), e das demais disposições legais aplicáveis em matéria de recrutamento.

Proponho à Câmara Municipal que delibere:

Aprovar o recurso à reserva interna para recrutamento de 1 (um) trabalhador para ocupação de posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal de 2019, na carreira e categoria de assistente operacional, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para satisfazer necessidades regulares e permanentes do serviço e exercer funções na Divisão de Administração Geral na área da Expediente Geral e Arquivo (higienização e Limpeza de Edifícios Municipais, conforme consta da lista de ordenação final dos candidatos aprovados, homologada em 23 de maio de 2019, resultante de procedimento concursal comum publicado na 2ª série do Diário da República nº 219 de 14 de novembro, aviso nº 16547/2017...”

A Câmara, deliberou por **unanimidade**, de acordo com a proposta n.º 186/2019, aprovar o recurso à reserva interna para recrutamento de 1 (um) trabalhador para ocupação de posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal de 2019, na carreira e categoria de assistente operacional, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para satisfazer necessidades regulares e permanentes do serviço e exercer funções na Divisão de Administração Geral na área da Expediente Geral e Arquivo (higienização e Limpeza de Edifícios Municipais, conforme consta da lista de ordenação final dos candidatos aprovados, homologada em 23 de maio de 2019, resultante de procedimento concursal comum publicado na 2ª série do Diário da República nº 219 de 14 de novembro, aviso nº 16547/2017.



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 14

MANDATO 2017/2021

Fls.

9

Ata da reunião ordinária de 02 de julho de 2019

DIVERSOS

Atribuição de apoio à União dos Amigos da Vermelha – Proposta n.º 180/2019

Presente a proposta n.º 180/2019, datada de 26 de junho, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental com o mesmo número e na mesma data, cujo teor se transcreve:

“ PROPOSTA N.º 180/2019

Assunto: Proposta de atribuição de apoio à União dos Amigos da Vermelha

- Considerando o pedido efetuado pela União dos Amigos da Vermelha;
- Considerando as atividades desenvolvida pela associação durante o ano;
- Considerando o disposto na alínea o), n.º 1 do art.º 33º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;

Proponho que a Câmara Municipal delibere:

Atribuir um apoio financeiro à União dos Amigos da Vermelha, no montante de 112,00€ (cento e doze euros), como forma de apoiar os encargos com o edifício sede...”

A Câmara, deliberou por **unanimidade**, atribuir um apoio financeiro à União dos Amigos da Vermelha, no montante de 112,00€ (cento e doze euros), como forma de apoiar os encargos com o edifício sede, de acordo com a proposta 180/2019.

Atribuição de apoio à Associação Sociedade 1º de Dezembro de Pragança

– Proposta n.º 181/2019

Presente a proposta n.º 181/2019, datada de 02 de junho, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental com o mesmo número e na mesma data, cujo teor se transcreve:

“ PROPOSTA N.º 181/2019

Assunto: Proposta de atribuição de apoio à Associação Sociedade 1º de Dezembro de Pragança

- Considerando o pedido efetuado pela Associação Sociedade 1º de Dezembro de Pragança;
- Considerando o trabalho desenvolvido pela Associação Sociedade 1º de Dezembro de Pragança em prol da cultura musical no concelho ao longo dos anos;



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 14

MANDATO 2017/2021

Fls. 10

Ata da reunião ordinária de 02 de julho de 2019

- Considerando que a Associação Sociedade 1º de Dezembro de Pragança possui um edifício sede onde realiza os ensaios da banda filarmónica, bem como faz apresentações aos sócios e público em geral, nos momentos solenes da associação e em ações de angariação de fundos para as despesas de funcionamento;
- Considerando que o edifício em apreço conta já com várias décadas de serviço, necessitando de intervenções significativas ao nível da manutenção e restauro;
- Considerando o interesse do Município do Cadaval na existência de condições para o desenvolvimento da atividade cultural nas diversas associações do concelho;
- Considerando o disposto na alínea o), n.º 1 do art.º 33º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;

Proponho que a Câmara Municipal delibere:

Atribuir um subsídio à Associação Sociedade 1º de Dezembro de Pragança, no montante de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros), como forma de apoiar as despesas inerentes à realização de obras no seu edifício sede...”

A Câmara, deliberou por **unanimidade**, atribuir um subsídio à Associação Sociedade 1º de Dezembro de Pragança, no montante de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros), como forma de apoiar as despesas inerentes à realização de obras no seu edifício sede, de acordo com a proposta 181/2019.

Atribuição de apoio à Associação Solidariedade de Montejunto

– Proposta n.º 182/2019

Presente a proposta n.º 182/2019, datada de 26 de junho, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental com o mesmo número e na mesma data, cujo teor se transcreve:

“ PROPOSTA N.º 182/2019

Considerando que a Câmara Municipal organizou a 7ª edição do Montejunto Trail;

Considerando o sucesso do evento que contou com aproximadamente meio milhar de atletas;



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 14

MANDATO 2017/2021

Fls.

11

[Handwritten signature]

Ata da reunião ordinária de 02 de julho de 2019

Considerando que, para o sucesso do evento, muito contribuiu a qualidade do serviço prestado pela Associação de Solidariedade de Montejunto no almoço fornecido a atletas e acompanhantes bem como nos abastecimentos fornecidos aos atletas durante a prova;

Proponho:

Que, ao abrigo da alínea a do nº1 do artigo 3º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Atividades de Cariz Cultural, Religioso, Desportivo, Recreativo e Humanitário, seja atribuído pela Câmara um subsídio de 2 500,00 (dois mil e quinhentos euros) à Associação de Solidariedade de Montejunto para apoio às despesas inerentes ao fornecimento de almoços e abastecimentos aos participantes na 7ª edição do Montejunto Trail...”

A Câmara, deliberou por **unanimidade**, ao abrigo da alínea a do nº1 do artigo 3º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Atividades de Cariz Cultural, Religioso, Desportivo, Recreativo e Humanitário, seja atribuído pela Câmara um subsídio de 2 500,00 (dois mil e quinhentos euros) à Associação de Solidariedade de Montejunto para apoio às despesas inerentes ao fornecimento de almoços e abastecimentos aos participantes na 7ª edição do Montejunto Trail, de acordo com a proposta 182/2019.

Atribuição de apoio ao 3Cês Cadaval Clube – Proposta n.º 183/2019

Presente a proposta n.º 183/2019, datada de 26 de junho, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental com o mesmo número e na mesma data, cujo teor se transcreve:

“ PROPOSTA N.º 183/2019

Considerando a realização de mais uma edição do Camping Party pelo 3Cês Cadaval Clube;

Considerando que é um evento de 3 dias composto por várias atividades, todas no nosso concelho;

Considerando o nº de inscritos de aproximadamente 400 o que implicará a visita e permanência no Cadaval de perto de um milhar de visitantes;

Considerando que estão inscritas pessoas de diversas nacionalidades;

Considerando, pelo acima referido, o impacto promocional do evento para o concelho e todas as despesas que o mesmo implica.



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 14

MANDATO 2017/2021

Fls. 12

✓
[Signature]

Ata da reunião ordinária de 02 de julho de 2019

Proponho:

Que, ao abrigo da alínea a do nº1 do artigo 3º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Atividades de Cariz Cultural, Religioso, Desportivo, Recreativo e Humanitário, seja atribuído pela Câmara um subsídio de 1 000,00 (mil euros) ao 3Cês Cadaval Clube para apoio às despesas inerentes à realização de mais uma edição do Camping Party...”

A Câmara, deliberou por **unanimidade**, ao abrigo da alínea a do nº1 do artigo 3º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Atividades de Cariz Cultural, Religioso, Desportivo, Recreativo e Humanitário, seja atribuído pela Câmara um subsídio de 1 000,00 (mil euros) ao 3Cês Cadaval Clube para apoio às despesas inerentes à realização de mais uma edição do Camping Party, de acordo com a proposta 183/2019.

Atribuição de apoio à União Desportiva do Oeste – Proposta n.º 184/2019

Presente a proposta n.º 184/2019, datada de 26 de junho, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental com o mesmo número e na mesma data, cujo teor se transcreve:

“ PROPOSTA N.º 184/2019

Considerando a realização do 42º Grande Prémio Internacional de Ciclismo Joaquim Agostinho;

Considerando que a ultima etapa percorre vários quilómetros no nosso concelho e termina com a subida ao Alto de Montejunto onde acaba a etapa e o Grande Prémio;

Considerando o elevado nº de adeptos da modalidade que nos visitam e o grande impacto que o evento tem para o concelho, também por via da transmissão televisiva.

Proponho:

Que, ao abrigo do nº2 do artigo 2º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Atividades de Cariz Cultural, Religioso, Desportivo, Recreativo e Humanitário, seja atribuído pela Câmara um subsídio de 2 500,00 (dois mil e quinhentos euros) à União Desportiva do Oeste como forma de apoio à realização do 42º Grande Prémio Internacional de Ciclismo Joaquim Agostinho...”



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 14

MANDATO 2017/2021

Fls. 13

✓
[Signature]

Ata da reunião ordinária de 02 de julho de 2019

A Câmara, deliberou por **unanimidade**, ao abrigo do nº2 do artigo 2º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Atividades de Cariz Cultural, Religioso, Desportivo, Recreativo e Humanitário, seja atribuído pela Câmara um subsídio de 2 500,00 (dois mil e quinhentos euros) à União Desportiva do Oeste como forma de apoio à realização do 42º Grande Prémio Internacional de Ciclismo Joaquim Agostinho, de acordo com a proposta 184/2019.

ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO DO ÓRGÃO EXECUTIVO

8.ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano

Relativamente a este assunto, foi presente a informação técnica, datada de 19 de junho de 2019, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental número 5006, na mesma data, que acompanhava o documento identificado em epígrafe, os quais constando em Anexo A, à presente ata, dela ficam a fazer parte integrante.

A Câmara tomou conhecimento.

Listagem de Obras

Período compreendido entre 13 a 25 de junho de 2019

Relativamente ao assunto supramencionado foi presente a listagem dos despachos do Vereador a Tempo Inteiro, Ricardo Pinteus, no período compreendido entre 13 a 26 de junho de 2019, praticados, no uso de competências delegadas, documento este que se encontra arquivado em pasta própria, na Divisão de Ordenamento do Território.

A Câmara tomou conhecimento.



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 14

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária de 02 de julho de 2019

Resposta à pronúncia sobre a concretização da transferência de competências no domínio da educação, apresentada nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019 – Comunicação do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Educação

Relativamente a este assunto, foi presente a comunicação mencionada em epígrafe, a que corresponde o registo no Sistema de Gestão Documental número 6221, em 18 de junho de 2019, a qual constando em Anexo B, à presente ata, dela fica a fazer parte integrante.

A Câmara tomou conhecimento.

Aprovação em minuta

A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a presente ata em minuta no final da reunião, para produzir efeitos imediatos nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara, declarou encerrada a reunião pelas 10 horas e 04 minutos do dia 02 de julho de 2019.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou esta ata que foi lida e aprovada e vai ser assinada pelo Presidente da Câmara e por mim, Ana Teresa Carriche Rodrigues Duarte, Assistente Técnica, da Câmara Municipal de Cadaval, responsável pela sua autoria.

(José Bernardo Nunes)

(Ana Teresa Carriche Rodrigues Duarte)



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 14

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária de 02 de julho de 2019

Fls. 15

[Handwritten signature in blue ink]

ANEXO A



Município do Cadaval Câmara Municipal

INFORMAÇÃO

Assunto: 8ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano 2019

Considerando a solicitação dos Recursos Humanos em anexo, torna-se necessário proceder à presente alteração orçamental. Aproveita-se ainda para proceder a outros reajustamentos na sequência de necessidades entretanto reportadas pelos serviços.

Assim a presente alteração contempla os seguintes movimentos:

AMR (Atividades mais relevantes)

Reforço:

2-211-2017/30-1 – Educação / Programa “Férias na escola” – Aquisição de outros bens	500,00€
2-251-2014/13-1 – Cultura / Atribuição de subsídios de capital	3.000,00€
2-251-2009/2-2 – Cultura / Outras atividades culturais – Aquisição de serviços	3.000,00€
3-310-2019/4-1 – Agricultura, Pecuária, Silvicultura, caça e pesca / Atribuição de subsídios de capital	17.000,00€

Contrapartidas/diminuições:

2-251-2002/5009 – Cultura / Comemorações do Feriado Municipal (diversas ações)	1.700,00€
2-251-2002/5010 – Cultura / Carnaval (diversas ações)	1.930,00€
2-251-2002/5012 – Cultura / Comemorações do 25 de Abril (diversas ações)	2.330,00€
4-420-2002/5025-2 – CimOeste / Transferências correntes	17.540,00€

ORÇAMENTO DA DESPESA

Para além do constante da informação dos Recursos Humanos e do reflexo das alterações às GOP, verifica-se ainda:

Reforço:

02 02.01.15 – Adm. Geral / Aquisição de bens / Prémios, condecorações e ofertas	3.000,00€
---	-----------

Contrapartidas/diminuições:

02 02.01.02.02 – Adm. Geral / Aquisição de bens / Gasóleo	3.000,00€
---	-----------



Cadaval, 19 de Junho de 2019

O Técnico Superior

**Vitor Manuel
Matias de
Carvalho Lemos**

Assinado de forma digital por Vitor
Manuel Matias de Carvalho Lemos
DN: c=PT, st=Portugal, l=Av. Francisco Sá
Carneiro - Paços do Concelho,,
o=Município do Cadaval, ou=Júri,
cn=Vitor Manuel Matias de Carvalho
Lemos, email=vitor.pinto@cm-cadaval.pt
Dados: 2019.06.19 11:11:55 +01'00'



MUNICÍPIO DO CADAVAL
CÂMARA MUNICIPAL
Divisão de Desenvolvimento Estratégico
Recursos Humanos

Exma. Chefe da Divisão de Desenvolvimento Estratégico, Dra. Paula Franco,

ASSUNTO: Alteração/Modificação nas rubricas do Orçamento da Despesa de Pessoal de 2019

Considerando o Orçamento aprovado para fazer face às Despesas de Pessoal para o ano de 2019, e tendo em conta os vencimentos a processar nos meses de junho a dezembro:

Propõe-se o seguinte:

Retirar/Descabimentar das seguintes rubricas:

02 - Geral

02/01.01.04.01 – Rem Pessoal em funções – 10.000,00€

02/01.03.03 – Subsidio familiar a crianças e jovens – 6.000,00€

02/01.03.04 – Outras prestações familiares – 1.418,57€

Dotar/Cabimentar as seguintes rubricas:

02 - Geral

02/01.02.02.01 – Horas Extraordinárias – tempo indeterminado – 17.418,57€



Estas alterações estão fundamentadas nas seguintes situações:

- Reforço da dotação para processamento e pagamento de trabalho suplementar;

Com os melhores cumprimentos.


À consideração superior.

Cadaval, 12 de junho

A Técnica Superior, Ana Sofia Casquilho Vidigal Frade Simões

Município de Cadaval



1- APROVO A PRESENTE ALTERAÇÃO
PARA EFEITOS IMEDIATOS.
2- A CÂMARA PARA CONHECIMENTO.
2019.06.19


8ª. Alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano

Ano Financeiro de 2019





Ano Financeiro de 2019

orçamento da despesa



Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2019

Despesa

Alteração Nº 8

Código	Classificação Económica Designação	Dotações Actuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
			Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
02	Administração Geral					
02 01	Despesas com o pessoal					
02 0101	Remunerações certas e permanentes					
02 010104	Pessoal quadros-Regime contrato indiv. trabalho					
02 01010401	Pessoal em funções	1.979.226,00		10.000,00	1.969.226,00	
02 0102	Abonos variáveis ou eventuais					
02 010202	Horas extraordinárias					
02 01020201	Pessoal por tempo indeterminado	16.000,00	17.419,00		33.419,00	
02 0103	Segurança social					
02 010303	Subsídio familiar a criança e jovens	16.450,00		6.000,00	10.450,00	
02 010304	Outras prestações familiares	15.100,00		1.419,00	13.681,00	
02 02	Aquisição de bens e serviços					
02 0201	Aquisição de bens					
02 020102	Combustíveis e lubrificantes					
02 02010202	Gasóleo	220.000,00		3.000,00	217.000,00	
02 020115	Prémios, condecorações e ofertas	18.860,00	2.520,00		21.380,00	
02 0202	Aquisição de serviços					
02 020212	Seguros	41.300,00		280,00	41.020,00	
02 020217	Publicidade	20.260,00		480,00	19.780,00	
02 020225	Outros serviços	428.235,00	100,00		428.335,00	
02 04	Transferências correntes					
02 0405	Administração local					
02 040501	Continente					
02 04050104	Associações de municípios	199.050,00		17.540,00	181.510,00	
02 0407	Instituições sem fins lucrativos					
02 040701	Instituições sem fins lucrativos	270.583,00		1.320,00	269.263,00	
	Despesas Correntes:	3.225.064,00	20.039,00	40.039,00	3.205.064,00	
02 08	Transferências de capital					
02 0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras					
02 080102	Privadas	3.500,00	17.000,00		20.500,00	
02 0807	Instituições sem fins lucrativos					



Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2019

Despesa

Alteração Nº 8

Código	Classificação Económica	Designação	Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
				Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
02 080701		Instituições sem fins lucrativos					

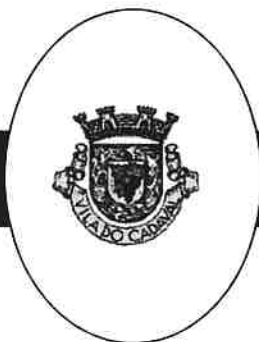
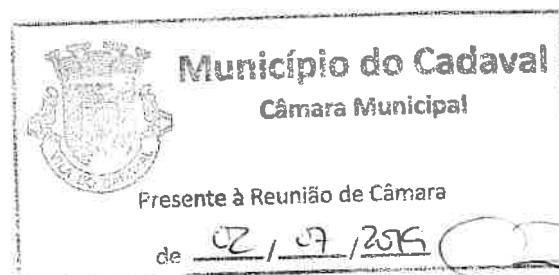
ORGÃO EXECUTIVO

Em de


ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de





Ano Financeiro de 2019

Grandes Opções do Plano

ATIVIDADES MAIS RELEVANTES


MODIFICAÇÕES

ÀS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES - AMR

Ano de 2019

Alteração Nº 8

Obj. Prog.	Projeto	Ac. Sub ac.	Designação	Classificação Orçamental	Resp.	Datas (Mês/Ano)	Despesas										Anos Seguintes				
							Dotação Atual			Ano Corrente - 2019			Dotação Corrigida				Total	2020	2021	2022	2023 e seguintes
							Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total							
2			Funções sociais				4 102 250,00	739 500,00	4 841 750,00	540,00		540,00	4 102 790,00	739 500,00	4 842 290,00						
2	211		Ensino não superior				601 764,00	0,00	601 764,00	500,00		500,00	602 264,00	0,00	602 264,00						
2	211	2017 30	Programa "Férias na Escola"				23 500,00	0,00	23 500,00	500,00		500,00	24 000,00	0,00	24 000,00						
2	211	2017 30	Aquisição de outros bens	02	020121	DAG 01/19/12/19	500,00	0,00	500,00	500,00		500,00	1 000,00	0,00	1 000,00						
2	251		Cultura				207 033,00	196 000,00	403 033,00	40,00		40,00	207 073,00	196 000,00	403 073,00						
2	251		Subsídios e Apoios Financeiros				55 100,00	0,00	55 100,00	3 000,00		3 000,00	58 100,00	0,00	58 100,00						
2	251	20025002	Atribuir por Deliberação - Capital	02	080701	OA 01/19/12/19	6 000,00	0,00	6 000,00	3 000,00		3 000,00	9 000,00	0,00	9 000,00						
2	251	20025009	Comemorações do Feriado Municipal				1 950,00	0,00	1 950,00	-1 700,00		-1 700,00	250,00	0,00	250,00						
2	251	20025009	Aquisição de Outros Bens	02	020121	DDE 01/19/12/19	100,00	0,00	100,00	-90,00		-90,00	10,00	0,00	10,00						
2	251	20025009	Seguros	02	020212	DET 01/19/12/19	150,00	0,00	150,00	-140,00		-140,00	10,00	0,00	10,00						
2	251	20025009	Aquisição de Outros Serviços	02	020225	DDE 01/19/12/19	1 000,00	0,00	1 000,00	-990,00		-990,00	10,00	0,00	10,00						
2	251	20025009	Publicidade	02	020217	DDE 01/19/12/19	250,00	0,00	250,00	-240,00		-240,00	10,00	0,00	10,00						
2	251	20025009	Material p/ oferta, prémios e similares	02	020115	DET 01/19/12/19	250,00	0,00	250,00	-240,00		-240,00	10,00	0,00	10,00						
2	251	20025010	Carnaval				27 000,00	0,00	27 000,00	-1 930,00		-1 930,00	25 070,00	0,00	25 070,00						
2	251	20025010	Apoio á Participação no Desfile	02	040701	DDE 01/19/12/19	20 500,00	0,00	20 500,00	-1 320,00		-1 320,00	19 180,00	0,00	19 180,00						
2	251	20025010	Aquisição de Outros Bens	02	020121	DDE 01/19/12/19	250,00	0,00	250,00	-240,00		-240,00	10,00	0,00	10,00						
2	251	20025010	Aquisição de Outros Serviços	02	020225	DDE 01/19/12/19	6 000,00	0,00	6 000,00	-370,00		-370,00	5 630,00	0,00	5 630,00						
2	251	20025012	Comemorações do 25 de Abril				3 700,00	0,00	3 700,00	-2 330,00		-2 330,00	1 370,00	0,00	1 370,00						
2	251	20025012	Aquisição de Outros Bens	02	020121	DDE 01/19/12/19	200,00	0,00	200,00	-170,00		-170,00	30,00	0,00	30,00						
2	251	20025012	Seguros	02	020212	DET 01/19/12/19	150,00	0,00	150,00	-140,00		-140,00	10,00	0,00	10,00						
2	251	20025012	Aquisição de Outros Serviços	02	020225	DDE 01/19/12/19	2 500,00	0,00	2 500,00	-1 540,00		-1 540,00	960,00	0,00	960,00						
2	251	20025012	Material p/ oferta, prémios e similares	02	020115	DDE 01/19/12/19	250,00	0,00	250,00	-240,00		-240,00	10,00	0,00	10,00						
2	251	20025012	Publicidade	02	020217	DDE 01/19/12/19	250,00	0,00	250,00	-240,00		-240,00	10,00	0,00	10,00						
2	251	2009 2	Outras actividades culturais				14 000,00	0,00	14 000,00	3 000,00		3 000,00	17 000,00	0,00	17 000,00						
2	251	2009 2	Aquisição de serviços	02	020225	DDE 01/19/12/19	10 000,00	0,00	10 000,00	3 000,00		3 000,00	13 000,00	0,00	13 000,00						
3			Funções económicas				245 974,00	425 857,00	671 831,00	17 000,00		17 000,00	262 974,00	425 857,00	688 831,00						
3	310		Agricultura, Pecuária, silvicultura, caça e pesca				3 500,00	0,00	3 500,00	17 000,00		17 000,00	20 500,00	0,00	20 500,00						
3	310	2019 4	Subsídios e apoios financeiros				3 500,00	0,00	3 500,00	17 000,00		17 000,00	20 500,00	0,00	20 500,00						
3	310	2019 4	Atribuir por deliberação - capital	02	080102	OA 01/19/12/19	3 500,00	0,00	3 500,00	17 000,00		17 000,00	20 500,00	0,00	20 500,00						
4			Outras funções				625 266,00	0,00	625 266,00	-17 540,00		-17 540,00	607 726,00	0,00	607 726,00						
4	420		Transferências entre administrações				574 263,00	0,00	574 263,00	-17 540,00		-17 540,00	556 723,00	0,00	556 723,00						
4	420	20025025	Comunidade Intermunicipal do Oeste				245 200,00	0,00	245 200,00	-17 540,00		-17 540,00	227 660,00	0,00	227 660,00						



Ministério da

Cam

Presente à Reunião

de 02 / 0



MODIFICAÇÕES
ÀS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES - AMR
Ano de 2019
Alteração Nº 8

Obj.	Prog.	Projeto	Aç. Sub. ac.	Designação	Classificação Orçamental	Resp.	Datas (Mês/Ano)	Despesas																
								Ano Corrente - 2019						Anos Seguintes										
								Modificação				Dotação Atual		Dotação Corrigida										
								Org. Económica	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	2020	2021	2022	2023 e seguintes			
4	420	2002502E	1	Transferencias Correntes	02	04050104	OA	01/19/12/19			188 250,00	0,00	188 250,00	-17 540,00	0,00	170 710,00	0,00							
Totais da modificação às Atividades Mais Relevantes - AMR											240 100,00	0,00	240 100,00	0,00	0,00	240 100,00	0,00	0,00	240 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____



ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____

**Município do Cadaval**
Câmara Municipal

Presente à Reunião de Câmara

de 02 / 07 / 2019

Orçamento e Grandes Opções do Plano

Termo de aprovação final

_____, ____ de Maio de 2019

A presente Alteração ao Orçamento e as Grandes Opções do Plano que antecederam, mereceram a aprovação da **Câmara Municipal**, em Reunião Ordinária de ____ de _____ de 2019.

O Presidente da Câmara Municipal





MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

ATA N.º 14

MANDATO 2017/2021

Ata da reunião ordinária de 02 de julho de 2019

Fls. 16

[Handwritten signature in blue ink]

ANEXO B

Ana Teresa Carriche Rodrigues Duarte

De: Ricardo Coelho | Município do Cadaval <ricardo.coelho@cm-cadaval.pt>
Enviado: 18 de junho de 2019 08:50
Para: arquivo
Assunto: FW: Resposta à pronúncia sobre a concretização da transferência de competências no domínio da educação, apresentada nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019

Para registo em MGD para GAP.

Atentamente,

De: Descentralização MEdu [mailto:descentralizacao@medu.gov.pt]
Enviada: 17 de junho de 2019 21:48
Para: ricardo.coelho@cm-cadaval.pt
Cc: Descentralização
Assunto: Resposta à pronúncia sobre a concretização da transferência de competências no domínio da educação, apresentada nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019

Ex.mo/a. Sr./a

Presidente da Câmara Municipal de Cadaval

No seguimento da receção da pronúncia remetida pela Câmara Municipal a que V.Exa. preside, encarrega-me S.Exa. a Secretária de Estado Adjunta e da Educação de agradecer as considerações e questões que aí se suscitam, contributos muito úteis para a evolução deste processo e para a sua concretização.

Relativamente a cada uma das matérias abordadas na pronúncia, bem como outros assuntos de relevante interesse para esta pronúncia, enviam-se de seguida as seguintes informações:

1. Verbas a transferir pelo Ministério da Educação

Os mapas enviados exprimem o valor total dos encargos atualmente suportados pelo Programa Orçamental da Educação com o exercício das competências a que cada um se refere, incluindo as transferências já efetuadas para cada Município.

Estes valores correspondem ao registo contabilístico centralizado, das diferentes unidades orgânicas, nos serviços do Ministério da Educação.

O artigo 69.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, prevê os termos em que a revisão dos montantes a transferir é operada, pelo que se julga salvaguardada a necessidade de correções por custos variáveis expressa neste ponto.

2. Pessoal não docente



O «mapa I – assistentes operacionais e assistentes técnicos» estima o valor total dos encargos com o pessoal não docente das referidas carreiras gerais que passarão, uma vez aceite o novo quadro de competências por cada um dos Municípios, a ser processados numa única transferência mensal que abrange as remunerações e despesas conexas de todos estes trabalhadores.

Nos termos do artigo 43.º, n.º 7, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a transição destes trabalhadores para os mapas de pessoal de cada autarquia concretiza-se através de lista nominativa publicada em Diário da República. Esta lista nominativa incluirá, além da identificação de cada trabalhador ou lugar a prover previsto no rácio do pessoal não docente, no caso de não existir trabalhador com vínculo subsistente a essa data, a respetiva posição remuneratória, o que definirá o quantum exato das transferências mensais a processar para cada Câmara Municipal. À data da elaboração das estimativas financeiras, não estava consolidado, em cada agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas, o impacto da atualização do salário mínimo para os trabalhadores com vínculo de emprego público, motivo pelo qual o valor total do mapa I deverá ser lido como uma estimativa, a corrigir nos termos mencionados no parágrafo anterior.

3. Apoios alimentares

No que concerne ao leite escolar, a possibilidade de candidatura a ajudas comunitárias para o respetivo financiamento não desonera a responsabilidade da administração central em garantir esse financiamento quando estas se revelem insuficientes ou inadequadas.

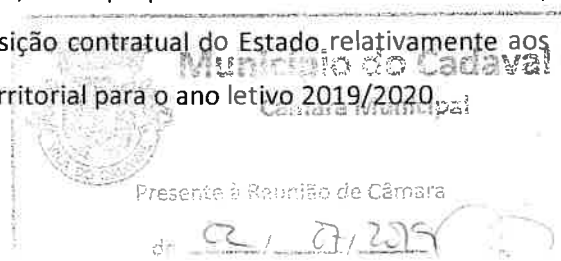
Deve ter-se em atenção que o financiamento do Orçamento do Estado para as refeições aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico é calculada nos termos do Programa de Generalização de Refeições, regulado pelas disposições conjugadas do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, do Despacho n.º 22 251/2005 (2ª série), de 25 de outubro, bem como do Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, na sua redação atual.

Este facto deve ser tido em consideração quando esta matéria é analisada sob a perspetiva do número total de alunos do concelho, sem levar em conta que no quadro de competências anterior ao início de vigência do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a competência do Ministério da Educação em matéria de refeições escolares abrange, além do referido Programa, os alunos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário.

Os critérios de cálculo da estimativa de transferência pelo funcionamento de refeitórios escolares encontram-se explícitos na nota explicativa, não se baseando no número de refeições servidas (desde logo porque, como aí se explica, não integram os custos com o pessoal dos mapas atualmente afeto a esse serviço, em número variável e inexistente na generalidade dos refeitórios concessionados, o que torna impraticável a fixação de um valor unitário, por refeição igual em todo o território nacional, que seja equitativo).

Os contratos celebrados pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares para o fornecimento de refeições escolares em refeitórios concessionados vigoram desde o início do ano letivo 2017/2018, até ao final do ano letivo 2019/2020.

Nos termos do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, e dos próprios contratos de fornecimento, cada um dos Municípios tem a faculdade de, querendo, assumir a posição contratual do Estado relativamente aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da respetiva área territorial para o ano letivo 2019/2020.



O preço-base para futuros concursos públicos para o fornecimento de refeições escolares em refeitórios concessionados será matéria a acordar entre a administração central e administração local na preparação do ano letivo 2020/2021.

4. Gestão dos bufetes e apoios complementares no âmbito da ação social escolar

A gestão de bufetes e apoios complementares mantêm-se no âmbito das competências dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

5. Transportes escolares

O «mapa III - circuitos especiais de transportes» exprime apenas o valor total despendido pelos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, no ano de 2018 (o ano de referência adotado, nos termos da nota explicativa enviada), com o transporte de alunos com dificuldades de locomoção ou que necessitem de se deslocar para frequência de modalidades de educação inclusiva, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, que estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar. São beneficiários deste apoio os alunos de todos os níveis de ensino.

O «mapa III - circuitos especiais de transporte» não abrange as despesas com os transportes de alunos não abrangidos pelo regime anterior, uma vez que essa competência municipal continua a ser financiada pelo Fundo Social Municipal, não tendo qualquer expressão no Programa Orçamental da Educação.

Tendo em conta os contributos recebidos dos Municípios portugueses, o Governo encontra-se a promover uma alteração ao Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, nos termos da qual “as condições de acesso ao transporte escolar previstas no artigo 20.º, n.º 1, alínea a), são circunscritas aos alunos do ensino básico, mantendo-se em vigor as regras fixadas pela portaria n.º 138/2009, de 3 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 982-A/2009, de 2 de setembro, pela Portaria n.º 34-A/2012, de 1 de fevereiro, pela Portaria n.º 268-A/2012, de 31 de agosto e pela Portaria n.º 249-A/2018, de 6 de setembro, para os alunos do ensino secundário”.

6. Escola a tempo inteiro

Até à entrada em vigor do diploma previsto no artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, as regras a observar para a organização e funcionamento das diferentes componentes da escola a tempo inteiro são as previstas na Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto.

Nos termos desta portaria, a componente de apoio à família deve desenvolver-se, preferencialmente, em espaços não escolares (artigo 5.º, n.º 3), podendo ser implementada através de acordos com as entidades identificadas no artigo 5.º, n.º 2.

Os critérios seguidos no cálculo das estimativas constantes do «mapa IV – escola a tempo inteiro» são os que constam da nota explicativa.

7. Encargos das instalações e conservação e manutenção



✓

O valor fixado para o financiamento das despesas de conservação e manutenção previsto no artigo 67.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, resulta do acordo estabelecido entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, tal como determina o artigo 44.º, n.º 1, da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

Este valor corresponde a uma solução transitória, aplicável até à entrada em vigor da portaria prevista no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, o que deverá ocorrer no prazo de um ano, tal como determina o artigo 68.º, n.º 3, deste diploma.

O financiamento com os encargos com instalações, além dos previstos nos mapas, bem como as despesas com aquisição de material didático e equipamentos, incluindo software e contratos de manutenção e gestão conexos, mantem-se na competência da administração central até à entrada em vigor da portaria prevista no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

8. Escolas

O «mapa VII – escolas transferidas e a transferir» identifica as prioritárias para modernização, nos termos do artigo 50.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

Esta indicação significa que em futuros exercícios de planeamento de investimentos em escolas com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário, seja no âmbito do mapeamento de operações a financiar através de fundos europeus estruturais e de investimento, seja no âmbito do mapeamento de operações a financiar pelo Orçamento do Estado, estas escolas terão obrigatoriamente prioridade sobre aquelas que não tenham esta indicação (cf. artigo 50.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro).

A transferência da titularidade dos equipamentos educativos prevista no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, não faz impender sobre os Municípios a responsabilidade pelo financiamento de eventuais investimentos na sua requalificação e modernização, responsabilidade que cabe aos departamentos governamentais com competência na matéria, como resulta do disposto no artigo 50.º, n.º 1, do mesmo diploma.

A contratualização de futuros investimentos em escolas prioritárias depende do prévio mapeamento dessas operações nos termos acima descritos, não sendo esta a sede para definir o tempo, modo e montante de cada uma dessas operações.

Nos próximos dias seguirá ofício assinado por S.Exas. os Secretários de Estado com a aprovação definitiva dos mapas I a VI, que não sofrerão alterações face aos projetos enviados no ofício anterior. Quanto ao mapa VII relativo às escolas de intervenção prioritária, seguirão nesse ofício os aditamentos aplicáveis.

Com os melhores cumprimentos,

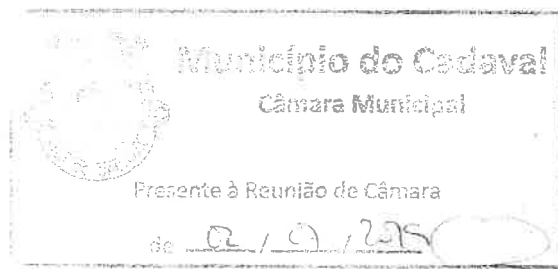
José Couto

Chefe do Gabinete / Head of Office



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO
ADJUNTA E DA EDUCAÇÃO



Av. Infante Santo, n.º2 – 7.º piso
1350-178 Lisboa, PORTUGAL
Telf. +351 21 781 17 16 Fax: +351 21 781 17 21

✓

